



CULTURA E CONFLITO SOCIAL: CHAVE PARA A ANÁLISE DA ESPACIALIDADE

■ GLAUCO BRUCE RODRIGUES

Graduação em Geografia na Universidade Federal Fluminense, mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professor associado do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense - Campos dos Goytacazes. Atua nos campos da História do Pensamento Geográfico, Geografia Histórica, Ativismos e Conflitos Sociais. É Coordenador do Núcleo de Estudos sobre o Território e Conflitos Sociais. Email: glauco_bruce@id.uff.br

■ TATIANA TRAMONTANI RAMOS

Doutora em Geografia pela UFRJ (2012). Professora Associada do Departamento de Geografia da UFF-Campos onde coordena o Núcleo de Estudos sobre Território e Conflitos Sociais. Membro do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG/UFF-Campos). Bolsista de PDS pelo CNPq vinculada à Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Tem experiência na área de geografia urbana, geografia do trabalho, conflitos e ativismos sociais. Atuou ou vem atuando principalmente nos seguintes temas: transformações no mundo do trabalho; precarização e superexploração do trabalho; conflitos sócio-espaciais; ativismos e movimentos sociais urbanos; questão habitacional e direito à moradia nas cidades. Email: tatiana_tramontani@id.uff.br

■ MATHEUS DA SILVEIRA GRANDI

Formado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Faculdade de Formação de Professores (São Gonçalo), onde também integra o Programa de Pós-Graduação em Geografia. Coordenador do MARGEAR – Grupo de Pesquisas e Extensão sobre Culturas, Políticas e Geografias Marginais. Foca seus trabalhos atualmente nos seguintes temas: Escalaridade, Construção social da escala geográfica, Geografia urbana, Movimentos sociais urbanos. Email: mtsgrandi@gmail.com.

■ RAFAEL ZILIO

Doutor em Geografia. Professor do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará. Coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Espaço, Política e Emancipação Social (NEPES). Email: rafael.zilio@yahoo.com.br



RESUMO: O Grupo de Trabalho Território, Conflitos e Ativismos Sociais Urbanos do Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB) parte dos conflitos e ativismos sociais para a análise crítica do território e do espaço geográfico. Na edição de 2024, notamos a presença significativa no GT de trabalhos centrados em conflitos e/ou ativismos nos quais o debate ambiental, de gênero, do campo da cultura e da educação ganharam relevo. De fato, não é nova a articulação entre cultura, conflitos e ativismos sociais. No entanto, aqui tomamos a cultura como uma dimensão constitutiva do conflito a partir da qual consideramos viável identificar as contradições e negociações sociais que permeiam a produção do espaço. Ao lado de outros elementos, a cultura e o conflito tornam-se aspectos-chaves para a análise da espacialidade. Tomando essa perspectiva ampla de cultura, selecionamos trabalhos submetidos e debatidos no âmbito do Grupo de Trabalho nesta última edição do SIMPURB que indicam possibilidades de leitura e análise da espacialidade a partir da articulação entre cultura, conflitos e ativismos sociais em suas diferentes manifestações para compor esta seção especial. A partir desta parceria com a Revista Espaço e Cultura, portanto, esperamos colaborar tanto com os esforços de pluralizar e complexificar a análise crítica do urbano e das cidades, quanto com o reconhecimento do papel que o conflito assume enquanto uma chave interpretativa para a compreensão da dimensão cultural da espacialidade.

Palavras chaves: (Conflito, Território, Ativismos sociais, Cultura, Espaço urbano)

CULTURE AND SOCIAL CONFLICT: A KEY TO THE ANALYSIS OF SPATIALITY

ABSTRACT: The Working Group on Territory, Conflicts, and Urban Social Activisms at the National Symposium of Urban Geography (SIMPURB) builds its analysis on conflicts and social activism as a means to critically engage with the concept of territory and geographical space. In the 2024 edition, we observed a significant presence within the Working Group of papers focused on conflicts and/or activism, where debates surrounding the environment, gender, culture, and education have gained prominence. Indeed, the intersection of culture, conflict, and social activism is not a novel one. However, in this context, we approach culture as a constitutive dimension of conflict, from which it becomes possible to identify the contradictions and social negotiations that shape the production of space. Alongside other elements, culture and conflict emerge as key aspects in the analysis of spatiality. Adopting this broad understanding of culture, we have selected papers submitted and discussed within the Working Group at the latest SIMPURB edition to constitute this special session, which suggest new avenues for reading and analysing spatiality through the intersection of culture, conflicts, and social activism in their various manifestations. Through this partnership with Revista Espaço e Cultura, we therefore aim to contribute to the efforts of pluralising and complexifying the critical analysis of the urban and cities, as well as recognising the role of conflict as an interpretive key to understanding the cultural dimension of spatiality.

KEY-WORDS: (Conflict, Territory, Social activism, Culture, Urban espace)

CULTURA Y CONFLICTO SOCIAL: CLAVE PARA EL ANÁLISIS DE LA ESPACIALIDAD

RESUMEN: El Grupo de Trabajo Territorio, Conflictos y Activismos Sociales Urbanos del Simposio Nacional de Geografía Urbana (SIMPURB) parte de los conflictos y activismos sociales para el análisis crítico del territorio y del espacio geográfico. En la edición de 2024, hemos observado dentro del GT una presencia significativa de trabajos centrados en conflictos y/o activismos en los que los debates sobre el medio ambiente, género, cultura y educación han adquirido relevancia. De hecho, no es nueva la articulación entre cultura, conflictos y activismos sociales. Sin embargo, aquí tomamos la cultura como una dimensión constitutiva del conflicto,

desde la cual consideramos viable identificar las contradicciones y negociaciones sociales que atraviesan la producción del espacio. Junto a otros elementos, la cultura y el conflicto se convierten en aspectos clave para el análisis de la espacialidad. Desde esta perspectiva amplia de la cultura, hemos seleccionado trabajos presentados y debatidos en el marco del Grupo de Trabajo en esta última edición del SIMPURB para componer esta sesión especial, que sugieren posibilidades de lectura y análisis de la espacialidad a partir de la articulación entre cultura, conflictos y activismos sociales en sus diversas manifestaciones. A partir de esta colaboración con la revista Espacio y Cultura, esperamos contribuir tanto con los esfuerzos por pluralizar y complejizar el análisis crítico de lo urbano y las ciudades, como con el reconocimiento del papel que el conflicto asume como una clave interpretativa para la comprensión de la dimensión cultural de la espacialidad.

PALABRAS-CLAVE: Conflicto, Territorio, Activismos sociales, Cultura, Espacio urbano)

O Grupo de Trabalho Território, Conflitos e Ativismos Sociais Urbanos se constituiu no XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB) de Vitória, em 2019, coordenado pela professora Tatiana Tramontani Ramos (UFF – Campos) e pelos professores Glauco Bruce Rodrigues (UFF – Campos) e Matheus da Silveira Grandi (UERJ – FFP). Na edição de 2024, em Niterói, passamos a contar também com o professor Rafael Zilio (UFOPA – Santarém).

O fundamento do Grupo de Trabalho é partir dos conflitos e ativismos sociais para a análise crítica do território e do espaço geográfico. Um deslocamento do lugar de enunciação do conhecimento, nas palavras de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Se a Geografia, mesmo em sua perspectiva crítica, tomou como os principais protagonistas na produção do espaço o Estado e o Capital, partimos agora não apenas de um outro lugar, mas de outros sujeitos sociais que também são produtores de espaço, território e história. Este outro lugar, visto a partir da ação de outros protagonistas, nos coloca questões e desafios teóricos e metodológicos, assim como permite enriquecer a forma como a Geografia contribui para a análise crítica da sociedade e do mundo. Desta forma, com os espaços de debate criados e mantidos pelo Grupo de Trabalho buscamos contribuir para possíveis avanços teórico-conceituais e metodológicos do campo da Geografia, bem como para o diálogo mais amplo da mesma com outras ciências sociais.

No horizonte está o desejo de aprofundarmos o debate acerca dos ativismos e conflitos sociais no espaço urbano, tomando o território como objeto e resultado das lutas, como forma de viabilizar a ação social no seu próprio desenrolar e/ou como pressuposto ontológico da produção desses espaços.

Diante disso, o Grupo de Trabalho parte do território como elemento catalisador e motivador dos conflitos que podem, ou não, apontar para o surgimento e atuação de ativismos sociais, particularmente no que se refere às práticas de protagonistas não-hegemônicos. Mas também interessa-se por valorizar o investimento metodológico das pesquisas no campo da Geografia, o que envolve reflexões dedicadas a explorar metodologicamente aspectos como as distintas posições adotadas e/ou identificadas nas pesquisas (incluindo posicionamentos epistemológicos), as opções teórico-conceituais envolvidas (escalarizações, periodizações, perspectivas e instrumentos de análise etc.) e as formas de organização e realização das investigações (identificação dos problemas centrais, apresentação dos objetivos, identificação justificada das informações consideradas relevantes, tratamento e uso de fontes variadas, definição dos procedimentos de acesso e sistematização das informações coletadas, produção dos dados, criação dos percursos analíticos e das estratégias de apresentação dos resultados, dentre outros).

O Grupo de Trabalho busca ser um espaço aberto e aglutinador de pesquisas que tratam dos conflitos, ativismos e movimentos sociais diretamente vinculados à dinâmica da cidade e do urbano, como as lutas por moradia e equipamentos de uso coletivo, sem desconsiderar outras formas de luta e ação social que ocorrem na cidade, ainda que indiretamente vinculadas à dinâmica urbana, mas que possuem uma evidente influência na espacialidade, como as lutas contra o racismo e o machismo, dentre outras.

Nesta XVIII edição do SIMPURB 34 submissões chegaram ao GT, sendo o segundo grupo de trabalho com mais trabalhos recebidos nesta edição do simpósio. Em meio à diversidade de temas e questões, foi possível notar uma presença significativa de trabalhos centrados em conflitos e/ou ativismos onde o debate ambiental, de gênero, do campo da cultura e da educação ganharam relevo. Tal constatação, sem dúvida, diz muito sobre a conjuntura política que atravessamos nos diferentes contextos urbanos brasileiros. No entanto, também nos informa sobre as bases que se destacam nos *loci* tradicionais que estruturam o debate urbano no país – cujas influências reforçam enquadramentos e conformações que, não raro, oferecem pouca aderência às temáticas citadas.

A Revista Espaço e Cultura se consolidou como um periódico cuja história e relevância tornou-o uma referência indispensável para a parcela da geografia brasileira que se interessa pela complexidade que envolve a dimensão cultural da produção do espaço. Esta seção especial, fruto da parceria do Grupo de Trabalho com a atual equipe editorial da revista, visa trazer ao público alguns dos trabalhos apresentados no âmbito das atividades do GT no último SIMPURB. Além de apresentar um pouco do acúmulo de debates prático-teóricos elaborados pelas diferentes pessoas que assinam os textos desta seção, o conjunto de trabalhos selecionados também nos permite reconhecer algumas interfaces entre aspectos das dinâmicas culturais e a geografia dos ativismos e conflitos sociais – conexões essas tão centrais nas disputas pelo espaço urbano.

Não é nova a articulação entre cultura, conflitos e ativismos sociais, pelo menos em uma perspectiva crítica. Desde os clássicos do século XIX e início do XX, a cultura faz parte da análise e da crítica, como demonstram K. Marx, F. Engels, P. Kropotkin, R. Rocker e R. Luxemburgo, para ficar em poucos exemplos. Tal articulação encontra seu momento decisivo na primeira geração da Escola de Frankfurt, com T. Adorno, W.

Benjamin, H. Marcuse e M. Horkheimer. Na História, por sua vez, podemos sublinhar a contribuição decisiva de E. P. Thompson com seus estudos sobre a cultura popular e a luta de classes; assim como na Literatura e Estudos Culturais, se destaca o legado de R. Williams, desde o movimento operário inglês, até a ascensão da Nova Esquerda (New Left) nas décadas de 1960/70.

Na Geografia brasileira, a melhor expressão desta tradição de busca por um diálogo afinado entre conflitos, ativismos, território e cultura é o legado de Carlos Walter Porto-Gonçalves, cuja extensa obra nunca deixou de ressaltar a formação política e concomitantemente cultural dos sujeitos – isto é: fundada desde sempre na apropriação material, mas também simbólica, da realidade, bem como nas identidades retratadas em suas análises. Da Amazônia ao Cerrado; do (mau) encontro colonial, à formação territorial brasileira e latino-americana, sua produção é nitidamente marcada pela geograficidade e historicidade de diferentes e múltiplos saberes e sabores.

Nesta tradição, as culturas são processos de apropriação material e simbólica do mundo (da natureza e das próprias relações sociais) que criam significados para a vida em todas as suas dimensões – perspectiva na qual, portanto, não há separação entre o simbólico/imaterial/significado e o material/concreto. A cultura perpassa outras dimensões da vida e é atravessada por elas. Em outras palavras, cultura, política, economia, poder, materialidade e imaterialidade se articulam em uma totalidade da vida social que é vivenciada na sua plenitude e que coloca em questão, portanto, as abordagens que insistem em privilegiar exclusivamente os percursos analíticos que passam da economia para a cultura e desta para a política.

Ainda que tal separação não exista empiricamente, é possível eleger analiticamente dimensões centrais por meio das quais podemos olhar para a sociedade e tentarmos, de forma modesta, contribuir para sua compreensão. Assim, tomamos a

cultura como uma dimensão constitutiva do conflito a partir da qual consideramos viável identificar as contradições e negociações sociais que permeiam a produção do espaço. Ao lado de outros elementos, a cultura e o conflito tornam-se aspectos-chave para a análise da espacialidade.

Tomando essa perspectiva ampla de cultura, dentro de certa tradição do pensamento crítico, selecionamos alguns trabalhos submetidos e debatidos no âmbito do Grupo de Trabalho desta XVIII edição do SIMPURB que indicam possibilidades de leitura e análise da espacialidade a partir da articulação entre cultura, conflitos e ativismos sociais em suas diferentes manifestações.

Começamos com cinco artigos que trazem o debate das periferias urbanas a partir de recortes culturais e de gênero, ambos definidos a partir de mobilizações e ativismos sociais que ressaltam o papel da ação coletiva de mulheres, jovens, artistas e redes de sociabilidade na conformação de resistências propositivas na produção do espaço urbano, bem como das questões e negociações que emergem nesses contextos periféricos marcados (como o restante do espaço) pelos cruzamentos dos diferentes marcadores sociais da diferença. Também aqui são trazidas algumas reflexões sobre formas como os movimentos lidam com as estratégias estatais de incorporação e manejo das demandas levantadas pelos ativismos que têm na disputa pela produção do espaço urbano seu foco de luta. É o caso dos textos “Análise sobre a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro a partir das sujeitas e sujeitos periféricos e os movimentos sociais”, de Rosilaine Sousa Araujo da Silva; “Organização comunitária na produção do território urbano periférico: território-corpo e direito à cidade”, de Tatiane Godoy e Daniela Cota; “Homens e mulheres sem-teto: relações de gênero na luta por moradia em São Paulo”, de Árizla Quirino; “Mulheres entre os movimentos sociais e os movimentos “de ordem”: a luta contra a desigualdade de gênero nas políticas

habitacionais”, de Isis do Mar Marques Martins e Dalliana Ferreira Brito Grisi; e “A luta pela permanência: uma ocupação urbana e o conflito pelos recursos financeiros”, de Carlos Eduardo Oguri Dappes.

No primeiro, Rosilaine relaciona o debate sobre as sujeitas e sujeitos periféricos com os movimentos sociais emergentes na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, destacando que nas periferias, ao mesmo tempo em que há vanguardas que operacionalizam lutas que indicam o fortalecimento dos direitos humanos, também se observa um crescimento da organização do que a autora chama de contramovimentos sociais marcados por ações coletivas conservadoras – por vezes de extrema direita.

O segundo artigo, de autoria de Tatiane Maria Pinto de Godoy e Daniela Abritta Cota, nos apresenta a centralidade do papel mobilizador de mulheres periféricas que, orientadas por uma compreensão das necessidades cotidianas do cuidado e da reprodução social, organizam ações e lutas voltadas para atuação política e reivindicação de políticas públicas relacionadas ao “direito à cidade”, iniciativas captadas pelas pesquisadoras a partir da combinação entre pesquisa e extensão universitária e do desenvolvimento de metodologias dialógicas na decodificação da realidade urbana por elas investigada.

Em seu texto, Árizla Quirino, por sua vez, nos convida a lançar um olhar atento sobre a condição cotidiana da população sem-teto no interior da ocupação Maria da Penha em Guarulhos, ligada ao Trabalhadores Sem-Teto (MTST), onde a criação de estratégias de reprodução coletiva da vida ao mesmo tempo dá campo político às mulheres e ressignifica a vida de homens em situação de rua. O estudo adota uma abordagem multiescalar para ilustrar e analisar a crise do indivíduo e da reprodução social, bem como o papel das ocupações e das mulheres militantes na sobrevivência de pessoas desterritorializadas.

A seguir, o texto que Isis do Mar Marques Martins e Dalliana Ferreira Brito Grisi nos trazem parte da questão: o debate da desigualdade de gênero nas políticas habitacionais considera as estratégias consolidadas de luta e mobilização pelo direito à cidade pelas mulheres? A partir disso, analisam as referências teóricas dos desafios das políticas habitacionais para a luta contra a desigualdade de gênero, traçam um panorama das conquistas recentes e elaboram uma análise dos desafios ainda a serem enfrentados no Brasil na contemporaneidade.

Fechando este primeiro momento da seção, o trabalho de Carlos Eduardo Oguri Dappes, dá destaque às formas como as diferentes ações, diretas e indiretas, do Estado promoveram novos aliados, outras práticas socioespaciais e, assim, modificaram a espacialidade da ocupação Mariana Crioula – ligada ao Movimento Nacional de Luta por Moradia e localizada, desde 2008, na Gamboa, região portuária do Rio de Janeiro.

Os quatro artigos seguintes da seção veem no tempo, na memória, na história e nas ancestralidades elementos imprescindíveis na produção de conflitos e resistências nas cidades. Artigos que incorporam diferentes naturezas sócio-geográficas, remetendo a matrizes sociais (portanto espaciais) ainda pouco assimiladas no debate urbano brasileiro, como os povos originários, as comunidades tradicionais e as comunidades periurbanas impactadas, nos casos estudados, por processos violentos de expulsão, expropriação e reassentamento.

O artigo “Reflexões sobre a presença indígena em contextos urbanos”, de Liria Yuri Nagamine, traz as implicações da realidade de indígenas no contexto urbano como um fenômeno crescente e cercado de interditos de base colonial que se refletem no apagamento étnico e cultural dos povos originários nas cidades.

O artigo “Memória sócio-espacial como possibilidade de resistência frente a desastres tecnológicos”, de Thiago Castelo Branco Lourenço, recupera o rompimento

da barragem de Fundão em Mariana/MG em 05 de novembro de 2015 e a assessoria técnica desenvolvida junto aos atingidos do distrito de Bento Rodrigues para apresentar a memória sócio-espacial dos atingidos pelo desastre tecnológico da Samarco como recurso metodológico importante para o desenvolvimento de ferramentas mobilizadoras que potencializem o ativismo social em contextos que envolvem eventos violentos e remoções/reassentamentos forçados.

Laura Barros Rosa de Andrade e Gustavo Antônio José Simão nos trazem, em seu artigo “Ambiente, território e lugar na Baía de Sepetiba - RJ: uma análise dos conflitos em territórios pesqueiros no bairro de Santa Cruz - RJ sob o escopo da ecologia política”, os resultados de uma pesquisa que foca sobre os conflitos por território entre a siderúrgica Ternium Brasil (antiga TKCSA – Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico) e os pescadores tradicionais da Baía de Sepetiba – em especial aqueles localizados no extremo oeste da cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Santa Cruz. As lentes da ecologia política adotadas pelos autores evidenciam como o processo de desterritorialização desses sujeitos resultou de um modelo de industrialização imposto por meio dos planos e projetos urbano-industriais da cidade a partir da década de 1960.

Por fim, o artigo de João Fábio Barros, intitulado “Um Rio do Samba: reflexões sobre as geografias populares da cidade do Rio de Janeiro”, recupera a historicidade da cultura e as contradições da geografia carioca a partir da análise de dois sambas que, de acordo com o autor, permitem a aproximação de conceitos como corpo, espacialidade e disputa, explorando as possibilidades que outras epistemologias e ontologias podem trazer para compreender temporalmente a cidade do Rio de Janeiro.

Esperamos, assim, que ao sublinhar brevemente a relevância de se considerar a dimensão cultural como importante constituinte das tensões e arranjos que conformam

o espaço urbano, esta seção temática colabore tanto com os esforços empreendidos no âmbito deste Grupo de Trabalho – de pluralizar e complexificar a análise crítica do urbano e das cidades – quanto com o desejo de sublinhar o papel que o conflito assume enquanto uma importante chave interpretativa para a compreensão da dimensão cultural da espacialidade.